



Redes e Cooperação no Uso de Recursos Comuns: Análise dos Projetos de Ostreicultura no Pará

Maria Graciete Rodrigues do Amaral¹

Cyntia Meireles Martins²

RESUMO

Redes procedem da interação e confiança entre indivíduos com objetivos comuns. Na ostreicultura desponta uma Rede que envolve um conjunto de instituições e atores. Trata-se de cinco municípios da região do Salgado Paraense, contemplando cento e cinco famílias, em sete comunidades. Analisa-se a cooperação do Projeto Rede Nossa Pérola Ostra da Amazônia, utilizando-se consulta à base de dados e entrevistas em profundidade com informantes chaves. Verificou-se que as associações fortalecem o princípio de gestão eficiente de recursos alicerçada na cooperação e consolidam-se como instrumento de geração de trabalho e renda e contribui para o uso sustentável dos recursos comuns; porém os poucos recursos das famílias, as dificuldades de crédito e a morosidade na regulamentação ambiental limitam o potencial da produção.

PALAVRAS-CHAVE: Governança. Recursos Comuns. Capital Social.

ABSTRACT

Networks come from the interaction and trust between individuals with common goals. In ostreiculture blunts one network that involves a number of institutions and actors. It is five municipalities of Pará Salgado region, covering one hundred and five families in seven communities. Analyzes the cooperation of our Network Project Pearl Oyster Amazon, using query-based data and in-depth interviews with key informants. It was found that the associations strengthen the principle of efficient management of resources founded on cooperation and consolidate as job generation and income instrument and contributes to the sustainable use of common resources; But the meager resources of households, credit difficulties and delays in environmental regulations limit the potential of production.

KEYWORDS: Governance. Common Resources. Share capital.

¹ Contadora. Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade da Amazônia – UNAMA. Email: gracieteamaral1@gmail.com

² Doutora em Ciências Agrárias; Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH); Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Administração da UNAMA. Email: cyntiamei@hotmail.com

Realização:



Apoio:





1. INTRODUÇÃO

Desde meados dos anos 80 há exaustivas discussões, em nível global, sobre o método que deve ser utilizado para gerenciar recursos naturais e assim evitar o seu esgotamento. O esforço diz respeito à necessidade de melhorar às elucubrações sobre estudos econômico-sociais e, consistentemente trabalhados por Hardin, (1968), que problemas humanos não estão relacionados a soluções técnicas, mas à questão moral. Pode-se dizer que Olson (1965) discutiu a validade da afirmação, declarando que os humanos interesseiros só contribuem para a produção de um bem comum, quando haja coerção, porém a sistemática de ação coletiva seria inevitável. Nas pesquisas de Ostrom, (1990, 1994, 1997, 2000, 2002, 2004, 2008, 2010) foram demonstradas possibilidades claras de auto-organização de grupos, com vantagens para a coletividade e para o melhor gerenciamento dos recursos comuns. Arrow, (1951) aumentou as percepções sobre o tema elucidando que o comportamento dos grupos provém de uma constância de propósitos.

Coleman (1990) e Putnam, (1996) chamaram essa conexão comum de capital social. Bordieau (1986), North (1991) e Milani (2003, 2007) contribuem indicando o capital social como um recurso, que, a partir dos indivíduos, suas crenças e modelos mentais, deriva-se de relações diretas e indiretas, com pressupostos centrados na reciprocidade e na compensação. Assim, quando estes compreendem os fenômenos econômicos e sociais, desenham uma nova conotação às suas escolhas. Assim, molda-se uma estrutura de governança, onde um grupo de indivíduos se articula, promovendo a cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais (SANTOS 1997).

A cadeia produtiva da pesca se constitui de elementos de intersecção, atores e instituições, que embasados em princípios de confiança e reciprocidade administram, governam e deliberam sobre o funcionamento da dinâmica de utilização desses recursos.

O Projeto Rede Nossa Pérola Ostra da Amazônia impulsiona ao conhecimento da estrutura de governança que se molda nas comunidades envolvidas, possibilitando qualificá-lo dentro dos espaços e daí então, descobrir-se os resultantes econômico e financeiro, provindo da reação dos microlugares.

O objetivo desse trabalho é entender, a partir do Projeto como se configura uma estrutura de governança entre atores e instituições afetos à ostreicultura no Pará, estruturando as relações de cooperação? Na busca desse entendimento foram utilizados uma entrevista em profundidade com informantes-chave, envolvidos no projeto e pesquisa à base de dados. Verificou-se preliminarmente que, em uma medida mais lenta do que a necessária ao acompanhamento das mudanças ambientais globais, existe uma centralização no SEBRAE, o que contraria a perspectiva da auto-organização de grupos.

Realização:



Apoio:





2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO DA PESCA NO PARÁ

As mudanças temporais da sociedade impulsionam a ciência a se apropriar de novos elementos de interseção para testar seu desenvolvimento, de maneira que a temática da governança abrange uma série de conteúdos sociais, sobretudo na mudança da forma de organização, em que há relevância em entender perspectivas aonde o termo pode auxiliar em descobertas que visualizem principalmente, o desenvolvimento de contornos apropriados à realidade do local.

O ponto de partida é compreender a dinâmica de produtiva, que se estabelece quando da utilização de recursos comuns, classificado por Ostrom (2000) como aquele que gera fluxos de unidades utilizáveis ao longo do tempo para os apropriadores; os processos intermediários e antecessores, como também a formação de capital social na gestão de recursos naturais.

A atividade pesqueira é uma das atividades mais executadas pelos povos e comunidades tradicionais que se utilizam de territórios e recursos naturais como condicionantes para sua reprodução cultural, econômica e social, além de trazer em seu núcleo, outros significados para as populações (BRASIL, 2009).

Dados estatísticos conferem relevante importância ao estudo da dinâmica desta atividade, pois que demonstram que o estado do Pará registrou o maior valor da produção pesqueira nacional, com R\$ 439,4 milhões, tendo participado com 90,9% da produção da região Norte, sendo 73% resultantes da pesca extrativa artesanal e a atividade de aquicultura, com 27% do total do pescado, a qual comporta a atividade de ostreicultura (IBAMA, 2007).

No Pará, a história de comunidades ribeirinhas na atividade é comum entre de povos com limitado acesso ao bem estar econômico e social fornecido pelo estado, de maneira que ao associar os esforços desse território, os resultados e os ganhos da coletividade possam ser multiplicados a partir de uma dinâmica de produção alinhada aos contextos locais.

Somando-se a isso, a importância da atividade na economia, a quantidade de comunidades que dependem da produção e comercialização dos produtos e à submissão daquelas à pobreza e aos riscos sociais e ambientais resultantes desta atividade (OLIVEIRA, 2013).

Por outro lado, as famílias são um elo importante na continuidade das atividades de pesca, primeiro por sua dependência econômica e socialização primária dos conhecimentos, daí então, torna-se possível imaginarem-se diversas localidades com limites territoriais próximos, que trabalham com

Realização:



Apoio:





certa independência de produção; que por sua vez é essencial na geração de alimentos, ocupação de mão de obra e geração de renda (Oliveira, 2013), além do considerável potencial para incrementar a capacidade produtiva e assim, promover um maior acesso a mercados.

Destaque ainda para fatores como confiança e reciprocidade que não são elementos natos, mas sim construídos pela densidade das relações (Milani, 2003), e no caso de se trabalhar com recursos de uso comum, deve-se criar mecanismos de coordenação e sanções para evitar a apropriação do recurso em demasia (Ostrom, 1994), sendo a confiança, uma variável que facilita aqueles meios.

Em se tratando de normatização, os governos estatuem regras de ordenamento, em muito para estabelecer limites e monitorar atividades econômicas. Exemplo é a publicação da lei 11.959/2009 que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, inclusive com a gestão de acesso e uso dos recursos, ações de monitoramento, controle e fiscalização. Foi editada objetivando evitar a perda de biodiversidade, bem como de prejuízos econômicos, procedentes da atividade predatória, mas também nos remete à responsabilidade compartilhada dos usuários (BRASIL, 2009).

Ostrom, (1994) reflete que, se no século XXI não forem encontrados meios para aumentar as capacidades das Instituições locais para governar e gerir recursos de acesso comum, a destruição desses será inevitável e nós seremos o mais pobre já que não é o Estado nem o Mercado que possui de maneira duradoura a capacidade de gerenciar os recursos de acesso comum e sim uma configuração própria dos apropriadores dos recursos.

2.2 CAPITAL SOCIAL

Nas concepções de Putnam, (1996) a expressão refere-se ao conhecimento compartilhado, à compreensão e aos padrões de interação que um grupo de indivíduos traz para qualquer atividade produtiva. É criado quando os indivíduos aprendem a confiarem-se mutuamente, capacitando-os a assumir compromissos que dependem muitas vezes de ações recíprocas, cujas consequências alcançam a todos.

O mesmo autor sugere que esses dois termos muito utilizados na ciência econômica pode ser concebido o primeiro, como um processo de acumulação monetária e o segundo, como a socialização desse. Segundo Milani, (2007), o conceito pode abranger algo que pode ser produzido, acumulado e reproduzido no âmbito das relações sociais, cujo efeito está relacionado com o funcionamento e a evolução dos processos sociais (normas, formas de organização, valores cognitivos, etc.).

Realização:



Apoio:





O termo já é uma dialética pesquisada por “Lyda Hanifan, desde os anos de 1916, que à época o definiu como o conjunto de elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas tais como boa vontade, camaradagem, simpatia e a família, partindo da premissa que essas “redes” têm valor econômico”. Já em um contexto mais contemporâneo pode ser compreendido como algo que diz respeito à confiança emergente da interação entre atores sociais (PUTNAM, 1996; MILANI, 2007).

Ostrom; Walker, (1994) diz que em se usando o capital social para um propósito inicial, vão sendo criadas formas de relacionamento e compreensão que podem ser utilizados em atividades conjuntas, reduzindo os custos. Por exemplo, se um grupo de indivíduos aprendeu a executar determinado serviço, este pode assumir outras atividades a um custo de tempo e esforço muito menores.

Hanifan, (2003) assegura que o papel da liderança é central no processo de construção do capital social, seja pelo crescimento do sentimento de pertencimento àquela comunidade. Explica que capital social se conforma como um dos aspectos da organização social, cujas normas, modos de coordenação e cooperação facilitam seu surgimento e que a intensidade da vida dita o desempenho institucional, sendo, portanto, benéfico investir nos relacionamentos comunitários.

Lin, (1995) destaca os trabalhos de Coleman e Bordieau, enfatizando que é ponto pacífico entre as teorias, que o capital social é um recurso que facilita os resultados da ação; tal recurso está imbricado nas relações diretas e indiretas, que podem ser adquiridos (propriedade individual) ou herdados (etnia, sexo, religião). Também reflete que um dos pressupostos do capital social é a reciprocidade ou compensação, pois que os atores preferem interagir com crenças e preferências compartilhadas, existindo uma espécie de força nos laços (LIN, 1995).

O autor argumenta que a intensidade dos laços é determinante para o melhor acesso aos recursos sociais, que do ponto de vista da participação em uma estrutura social, lhe conferirá maiores vantagens.

Abramovay (2010) refere-se à, como uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas, que se traduz em vantagem competitiva, por causa do efeito “proximidade”, por permitir uma coordenação capaz de valorizar o conjunto do ambiente e convertê-lo em processos de inovação.

Confirmando a dialética de Putnam (1996), a confiança entre os membros está qualificada como uma forma de organização social, que facilita ações coordenadas, com base centrada na confiança, normas e sistemas, cujo resultado será o aumento da eficiência da sociedade.

Realização:



Apoio:





O fato é que a interação é o ponto de base para o entendimento das relações de cooperação, o nível de informação no interior das estruturas produtivas, a formação e o estoque de capital social, a eficiência coletiva e, principalmente, a observação da sustentabilidade dos processos comunitários, derivados da melhoria do comportamento humano, no compartilhamento dos recursos comuns direcionados para os resultados econômicos.

Por sua vez, os estoques de capital social se confirmariam como um dos tipos de recursos de que dispõem os indivíduos e os grupos sociais, componentes de um conjunto de ajuda mútua e uma vez mobilizado beneficia o indivíduo ou a classe a que pertencem (BORDIEAU, 1986). Também, sob o ponto de vista econômico, o capital social foi declarado por Becker (2002) como uma externalidade que corrige imperfeições do mercado, reduz o oportunismo, por exemplo.

De outro modo, enquanto campo particular de estudos, o capital social se posiciona como uma alternativa às iniciativas de desenvolvimento local, por transcrever as sensíveis relações, seja em nível comunitário ou associativo, já que tem fulcro alinhado com a confiança entre os envolvidos no sistema, sem esquecer-se do processo de democracia deliberativa, onde existe uma participação efetiva dos membros.

As percepções convergem para o fato de que este ativo intangível tem de ser considerado como de alta importância para a mobilização coletiva, por conter um aglomerado dos valores, instituições e relacionamentos, que, compartilhados, permitem a colaboração dentro ou entre os diferentes grupos sociais (MARTELETO; SILVA, 2004).

[...] “O capital social possui uma natureza multidimensional. A visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação. Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (*bonding social capital* ou “capital social de ligação”) [...] (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44).

Natureza essa que traz ganhos de atuação, pelo caráter interativo e estreito com a comunidade em que atuam, como também pelo tempo de maturação pelo qual se estabelecem no território, pelo que se pode entender como um “valor” do recurso na comunidade e como ele se posiciona em prol do desenvolvimento local.

Realização:



Apoio:





Existem fortes indícios de que as relações de cooperação em determinado espaço social decorrem em muito, do capital social ali desenvolvido, e assim o sendo, pode-se transformá-lo em uma alternativa de desenvolvimento sustentado e incluyente, já que aquele é de propriedade coletiva, que uma vez fortalecido pela densidade das conexões, resulta em novos formatos de desenvolvimento, e em muitas situações corporifica-os como políticas públicas que colocam o governo em ação (SOUZA, 2006).

A mesma autora define que as relações de cooperação se dão nos ambientes institucional e organizacional, onde no primeiro são definidas regras e normas, formais e informais, necessárias à manutenção da ordem. Já o ambiente organizacional se conforma como um grupo de indivíduos vinculados a um propósito, como por exemplo, empresas, sindicatos, cooperativas, associações.

Para completar, o sistema de relações de cooperação, com a coordenação como um condicionante dos resultados, é necessário a governabilidade, que pode ser classificada como um atributo de sistemas sociopolíticos.

O Estado nesse caso não é um ator a mais ou de posição central, participa do sistema de manejo, tem seu caráter multifacetado reconhecido, assim como o contexto moderno leva a interação heterogênea da sociedade leva ao co-manejo, à estruturação das ações para tal, e, finalmente, à evolução da governança (UGARTE E FERREIRA, 2010 *apud* CARLSSON E SANDSTRÖM, 2006).

Tem a capacidade de formular e implementar decisões públicas, transformando as demandas sociais em políticas concretas (BROCH, 2008). Para esta autora só é possível a governabilidade quando há interrelação entre os atores, resguardada sua autonomia, para fins de tomada de decisões coletivas e resolução de conflitos dentro de um sistema de governança.

É preciso estabelecer meios que reforcem o processo cooperativo, como por exemplo, a inserção dos afetados pelas regras, em arranjos que lhes permitam a participação, suscitando-lhes assim, a responsabilização pela tomada de decisão; ou ainda os limites claramente definidos para evitar a transgressão às fronteiras de responsabilidades; como também o reconhecimento dos direitos dos grupos pelos governos, podendo mitigar a existência de redes autônomas dos governos, dificultando assim a prestação de contas (OSTROM, 1990; STOKER, 1998), podendo-se então estabelecer-se um mecanismo para incentivar uma ação coletiva adequada.

Por um lado mais desfavorável, o fator tempo é o de maior influência na perda do capital social, que entre outros, pode se dar através da chegada de novos entrantes. Esses uma vez que não tenham sido inseridos por formação profissional e técnica ou até mesmo por herança cultural em um padrão de interação estabelecido, esta variável pode se dissipar. O que confere a importância do

Realização:



Apoio:





insumo denominado capital social para o fator de desenvolvimento (OSTROM; GARDNER; WALKER, 1994).

E assim, trazem-se novos elementos para se estudar uma estrutura complexa com abstrações como capital social, pertence social e liderança, anelados para fomentar, de maneira endógena, o desenvolvimento a longo prazo.

2.3 USO COMUM DE RECURSOS

A política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura é um mecanismo governamental que busca garantir o uso sustentável dos recursos, para além dos benefícios econômicos, preservar o meio ambiente e a diversidade e desenvolver socialmente as comunidades (BRASIL, 2009). Possui como área destinada ao exercício da atividade as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica brasileira, o alto mar e outras, conforme acordos internacionais.

Nesses termos estamos diante de dois recursos, considerados por Ostrom, (2000) de uso comum; a água, que tem como princípio estabelecido pelas Nações Unidas (2006) que sua apropriação deve buscar a participação de todos os interessados, a transparência e a equidade, assim como a perenidade das águas públicas é condição essencial para tal, logo, não há nenhuma fórmula para a boa governabilidade das águas, mas é um processo complexo, simbiótico aos costumes, tradições, políticas e condições de cada país (BRASIL, 1934; UNESCO, 2006).

A atividade de aquicultura por sua vez, como a atividade de cultivo que implica a propriedade do estoque sob cultivo, cuja comercialização é responsabilidade dos apropriadores, a partir de um ordenamento que visualize na ação, o conhecimento dos componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais (BRASIL, 2009).

Ostrom e Mckean (2001) se contrapuseram às teorias de funcionamento da economia, a partir da propriedade privada e estabeleceram o “regime de propriedade comum”, onde os grupos de usuários compartilham direitos e responsabilidades sobre os recursos de acesso comum, que então passam a ser conduzidos coletivamente, com regras de manejo de recursos por populações tradicionais.

Isso se configurou como um contraponto importante, sobretudo pela inserção coletiva e direcionamento aos grupos, contribuindo para limitar a propriedade privada e por outro lado, retomar o ideário da cooperação, solidariedade e, mais amplamente, a gestão compartilhada.

Realização:



Apoio:





Ostrom (1990) trabalha os bens de uso comum, para definir uma sistemática de utilização de recursos pela coletividade, coordenando suas motivações e seus comportamentos, equilibrando aquele uso.

Desse modo as áreas pesqueiras se configuram como um sistema de recursos que permite sua produção, mas necessitam de cuidados para a não degradação do sistema e a quantidade do estoque de recursos apropriados pelos aquicultores, de acordo com o nível de interação os impeliria a uma conduta preservacionista, resguardando assim a continuação da produção e utilização do recurso.

De outra forma, como a ação coletiva tem fundamentação ligada à dependência, a proposição do estudo menciona que quando um grupo de apropriadores é dependente de determinado bem de uso comum como uma atividade econômica, os usuários passam a ser afetados conjuntamente por suas ações, e assim, a ação individual deve considerar a escolha coletiva, de maneira que a interdependência dos apropriadores ocasiona aumento dos benefícios, ao passo que a ação resultará escassez, e por analogia benefícios inferiores àqueles com algum tipo de coordenação entre os apropriadores (BARROS, 2007).

O mesmo autor menciona que no uso comum dos recursos desponta dois comportamentos; o primeiro em que há a cooperação na utilização; e no segundo os agentes utilizam os bens de forma acelerada sem se preocupar com a manutenção.

Neste último caso, o resultado de um comportamento não cooperativo será um benefício maior no curto prazo; entretanto, no longo prazo, o primeiro comportamento garante a manutenção do recurso e a continuidade do benefício à sociedade.

Para exemplificar, Hardin, (1968) assegura que em caso de uso comum de recursos, se houver a limitação no uso dos recursos por um indivíduo e seus vizinhos não o fizerem, então o recurso entrará em colapso e apenas aquele que se absteve na exaustão perderá os benefícios em curto prazo.

Daí então a clara importância desses estudos oferecerem proposições no uso recursos comuns, pois que dado um conjunto de princípios e regras de uso dos recursos comuns bem definidos, compartilhados e respeitados por todos, ser possível evitar-se a sobre-exploração daqueles.

3. METODOLOGIA

A estratégia utilizada para compreender a estrutura de governança posta na Rede Nossa Pérola foi inicialmente buscar o interlocutor central, SEBRAE, para selecionar os municípios-chave, considerando as distâncias e quantidade de associações envolvidas.

Realização:



Apoio:





O levantamento possibilitou investigar os municípios situados na Região Nordeste; microrregião do Salgado paraense (PARÁ, 2016), com atividades de ostreicultura mais significativas no que concerne à produção e organização. Nesta região estão os municípios de Curuçá, Maracanã e Salinópolis, os quais possuem as Colônias de Pescadores mais antigas do estado do Pará, com mais de 2.000 pescadores filiados.

No caso particular de Curuçá, este município tem sofrido a concorrência com a pesca industrial, refletindo negativamente nas condições de vida da população local que tem na pesca artesanal sua principal fonte de renda.

A motivação da escolha desses municípios deveu-se primeiro à localização geográfica da população que se utiliza da pesca como sua principal fonte de renda (área rural); assim como à configuração da população. Sendo Curuçá, com 34.294 pessoas, das quais 64,5% vivem na área rural e desses 37,9% estão abaixo da linha da pobreza. Maracanã, com a população de 28.376 pessoas, sendo 58,9% rural e dessas, 77,7% abaixo da linha da pobreza. E Salinópolis, com população de 37.421 pessoas, sendo 4.030 localizadas na zona rural, e dessas 56,9% abaixo da linha da pobreza; além disso, é um importante alvo de projetos, sobretudo por seu posicionamento turístico (IBGE, 2010). Ademais, nesse último município os pescadores artesanais aproveitam outras oportunidades de negócios, devido aos gargalos enfrentados no desenvolvimento da atividade.

Para esta pesquisa foram utilizados relatório de atividades do Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa – SEBRAE e realizadas entrevistas em profundidade com o órgão de coordenação da Rede, propiciando o entendimento inicial; utilizando-se questionário semiestruturado constando elementos como sistemática de coordenação e assistência técnica de cada envolvido; e com as comunidades; responsabilidades de gerenciamento no interior da estrutura; resultados econômicos iniciais.

Cervo e Bervian (2002) define que uma pesquisa pode atuar explicando, descrevendo ou explorando determinado objeto de estudo, de modo que esta pesquisa objetiva explicar e explorar a estrutura da governança de recursos comuns para ampliar as generalizações e estruturar modelos teóricos relacionados ao assunto na região. Também foi utilizada uma análise histórica do desenvolvimento da rede e dos dados da produção naqueles municípios.

Foi utilizado o método de abordagem, estudo de casos, pois que este fornece um quadro para testar e desenvolver explicações teóricas e então formatar novas construções científicas (GEORGE E BENNETT, 2005). Para então ampliar as possibilidades de generalização, pois que os envolvidos na coordenação estão imbuídos do elemento confiança dos pescadores, permitindo estudar-se a montagem

Realização:



Apoio:





dessas “redes” e “convenções” e entender-se como está instituída a governança e qual a relação entre estrutura-desempenho, uma vez que o desempenho está em muito dependente do nível de interação e negociação entre os atores (UGARTE E FERREIRA, 2010).

Em sentido de maior aprofundamento das análises, George e Bennet (2005); Gerring (2004) ressaltam que o intenso estudo de um número limitado de casos pode vir a fornecer maior validade interna à pesquisa, a partir da exploração dos mecanismos causais e profundidade analítica, pela consistência das relações de causalidade, que permitem validar as previsões ou melhorar hipóteses.

Daí então se realizou a seleção de comunidades e, através de uma observação participante, durante as reuniões de sindicatos, associações e outros envolvidos, preliminarmente mediu-se o nível de participação nas decisões, examinando as práticas da governança dos recursos comuns, as regras e o papel de cada das instituições e atores que moldam a participação naquelas iniciativas coletivas; também para verificar as variáveis relacionais entre os atores, observando-se com isso, os efeitos dela resultantes (OLSON, 1965).

A análise foi realizada por meio de fontes primárias e secundárias, onde se valeu de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR); do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); da Federação dos Pescadores no Estado do Pará (FEPA); da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SEPAQ), como também das Associações de Ostreicultores daquelas localidades; de maneira a que seja possível analisar, a partir das variáveis principais, um quadro que represente aspectos importantes das condições de vida daquelas populações (MINGOTI, 2005), para verificar a interligação entre os atores, e o progresso que o projeto significa nas localidades.

4. RESULTADOS

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NA REDE NOSSA PÉROLA

O projeto deriva de uma iniciativa científica de pesquisar o cultivo e a exploração de ostras do mangue, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE valeu-se dos resultados, para no ano de 2005, iniciar a implantação de um trabalho em rede, composto por órgãos governamentais, ostreicultores, universidades e institutos tecnológicos, com a finalidade de passar da extração para o cultivo de ostras, com técnicas de gerenciamento de recursos naturais combinadas à interação naquele espaço verificada.

Realização:



Apoio:





A Rede iniciou pós uma pesquisa sobre a exploração de ostras do mangue por comunitários da Microrregião do Salgado Paraense dos municípios de Augusto Corrêa, Curuçá, Maracanã, Salinópolis e São Caetano de Odivelas.

Após, o SEBRAE buscou apoiar a atividade fazendo a articulação institucional na região do salgado paraense e por meio da transferência de tecnologias de cultivo do estado da Bahia. Nesta fase, a produtividade passou de cento e cinquenta mil para setecentos mil unidades do produto; sendo que a comunidade de Nazaré do Seco em Curuçá despontou a atenção de outros municípios para o potencial da ostreicultura.

Os atores do projeto são cento e cinco famílias que vivem em sete comunidades tradicionais, e possuem baixo nível de instrução, o que pode contrariar a teoria das inovações, por ser um restritivo à mudança, mas pode fortalecer os saberes herdados ou hábitos engendrados pela lógica daquele campo social, que podem gerar estratégias alinhadas aos interesses das comunidades (CHERQUES, 2006).

As associações das comunidades fortalece o princípio de gestão eficiente de recursos naturais, baseada na organização e cooperação entre os indivíduos, que necessitando utilizar o mesmo recurso, empenham-se em fazê-lo de maneira sustentável, considerando ainda a colaboração de outras instituições (SIMÕES, MACEDO & BABO, 2011).

Os objetivos do projeto centram-se em melhorar o processo produtivo, por meio de recursos técnicos; também é realizado o cultivo de sementes de Ostras, pela comunidade de Nazaré do Seco, utilizando varais, e mantas confeccionadas com garrafas *pet*, o que incentiva a participação da comunidade na multiplicação das espécies, que por meio de tecnologias sociais, tornando os produtores sujeitos do projeto e engendrando uma governança participativa dinâmica.

A prática remete aos princípios de sustentabilidade pelo reaproveitamento do plástico. Conforme representante do SEBRAE, a comunidade está entre os maiores produtores de sementes de ostras do país. A prática com maior atenção é o cultivo de ostras e engorda, utilizando travessieiros e bolsas de cultivo.

As experimentações a partir da experiência comum, além de reduzir a ação antrópica, que é resultado da prática extrativista, aumenta a rentabilidade das famílias; orienta a sociedade para a sustentabilidade ambiental e fortalece o associativismo (SCHERER, 1998).

Para impulsionar a produção e o consumo do produto, como também dar visibilidade à atividade, foi integrado uma ação na localidade de Nazaré do Seco em Curuçá, que incluiu em seu calendário um Festival Anual de Ostra.

Realização:



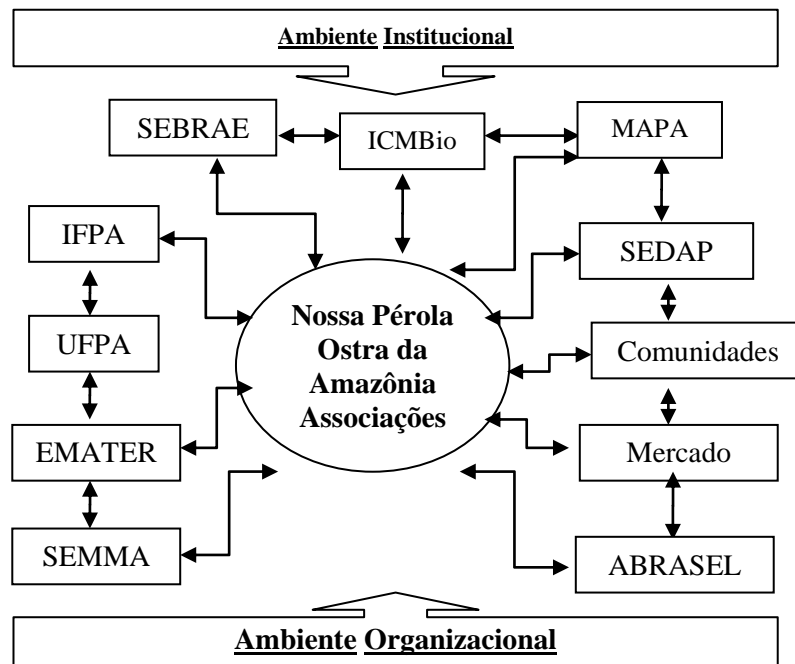
Apoio:



A governança de recursos comuns promove maior adesão das comunidades a essa sistemática, aumenta as corresponsabilidades da coletividade sobre a preservação dos recursos naturais. Os princípios corretamente jungidos resultariam no fortalecimento dos laços de capital social com efeitos socioeconômicos, melhorados pelo tempo e pela experiência de trabalho (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1996).

O exame da Rede se configura sob os prismas Institucional e Organizacional, verificando-se que mesmo sendo um projeto em andamento, com pouco tempo, já possui participação considerável de um grupo de instituições, o que pode ser observado na **figura 1**.

figura 1 – Ambiente institucional e organizacional da Rede Nossa Pérola Amazônia.



Fonte: Dados da pesquisa.

A articulação institucional é de responsabilidade do SEBRAE. Quanto ao ambiente organizacional (**figura 1**), as regras da Rede estão estabelecidas no Estatuto elaborado pelas Associações em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio, em função de que existem comunidades que se localizam dentro de Reservas Extrativistas.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL atua na articulação comercial, quando da ocorrência de eventos festivos, como mostra gastronômica e outros, tendo ações pontuais. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER atua na elaboração de projetos junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e também com a Secretaria

Realização:

Apoio:



de Desenvolvimento Aquicultura do Pará – SEDAP que financia equipamentos como travesseiros de cultivo, malhas e lacres.

A gestão, quando ocorre por meio de múltiplos usuários, atende aos preceitos estabelecidos do ponto de vista legal e ideário da governança, assegurando que os patrimônios coletivos, como a água podem ser bem administrados pelos interessados diretos, por meio de cooperação entre os indivíduos (OSTROM; GARDNER; WALKER, 1994).

Sob os eixos de pesquisa agem o Instituto Federal de Tecnologia do Pará – IFPA e a Universidade Federal do Pará – UFPA. Estas pesquisas envolvem técnicas de cultivo; análises físico-química e microbiológica, de ácidos graxos e de aminoácidos; além da elaboração de pacote tecnológico para ostra defumada, pasteurizada e marinada e; composição centesimal e valor calórico do produto final, acompanhamento da vida comercial, como análise físico-química, análise microbiológica e análise sensorial.

As Prefeituras municipais agem com o apoio às comunidades, porém com limitantes orçamentários; já a Secretaria Executiva de Meio Ambiente – SEMMA trabalha com o processo de outorga da água e licenciamento ambiental, este último em tramitação (SEBRAE, 2015).

A importância da participação de agentes públicos e privados corrobora com Stoker (1998), que assevera que os melhores resultados ocorrem, na medida em que há uma maior internalização das práticas entre os agentes e tornar-se uma espécie de hábito nas instituições, o que contribui para a eficiência da gestão pública.

A Rede encontra-se em fase de desenvolvimento de grupos para autogestão, buscando a independência do grupo. Também buscam a construção de uma unidade de beneficiamento, para aumentar a capacidade produtiva do projeto.

Os atores se entrelaçam com o grande fluxo informacional ali existente, corporificando uma estrutura de governança que tem uma configuração própria, com um objetivo comum que é o manejo de determinado produto, que possui como meio o recurso comum “água”, com gestão direta de múltiplos usuários, atendendo aos preceitos estabelecidos, que asseguram que os patrimônios coletivos, como a água podem ser bem administrados pelos interessados diretos, por meio de cooperação entre os indivíduos (OSTROM; GARDNER & WALKER, 1994).

No que tange a comercialização de produtos, a rede também necessita da constituição de uma Central de Negócios na Amazônia, pois que a produção é essencialmente artesanal.

Com isso descobre-se grande dependência de recursos, principalmente, no que diz respeito à estrutura institucional, que estão amarrados aos projetos governamentais, com negociações demoradas

Realização:



Apoio:





entre os agentes. Soma-se ainda aos poucos recursos das famílias envolvidas, que aliados à carência daquela unidade de beneficiamento limitam a capacidade potencial da produção, no sentido operacional e da gestão como um todo.

As associações possuem lideranças fortes e atuando junto com o SEBRAE no melhoramento da produtividade do produto e em formas de gerenciamento, porém é imprescindível aprofundar estudos para analisar variáveis que dizem respeito à conexão imbricada na presença de um ente que visualiza em primeiro momento, os aspectos de negócios, como competitividade, lucratividade e outros, para que estes não impliquem em sacrifícios permanentes na utilização do recurso comum.

Existem ainda muitas relações informais, baseadas na confiança, como entre as associações de produtores e a de bares e restaurantes, sempre com a intermediação do SEBRAE, o que tem seu lado positivo, com o fortalecimento do capital social local, já que este se refere a um conjunto de variáveis que inclui hábitos e normas que afetam a interação e aprendizado, facilitando ações coletivas (JUSTEN et al., 2015), mas, contrariamente, aumentam a incerteza desses contratos, já que não há ação formalizada, o que se reflete em um empoderamento insipiente na atuação das associações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo vem apresentar uma contribuição sobre o entendimento inicial de uma rede de cooperação na região do salgado paraense, demonstrando que, para solidificar um processo de desenvolvimento coletivo, a interdependência entre os atores é um dos pontos fundamentais aprendidos com o estudo da Rede Nossa Pérola Ostra da Amazônia, pois que os atores, públicos e privados, justapostos, traçam estratégias de interlocução entre si, participando ativamente dos cenários políticos, promovendo maior acesso à informação, redução de custos e, em última análise, uma maior participação de mercado.

Verificou-se ainda que as comunidades possuem um grau de relacionamento estreito, pela convivência, pelo exercício profissional e similaridade no contexto simbólico, mas principalmente pelo fato de que o projeto trouxe-lhes melhorias dos seus ganhos econômicos, também fortalecendo o capital social do espaço.

Nesse sentido traz-se a confirmação das concepções metafóricas em Milani (2007) salienta cabível uma análise mais aprofundada em diferentes contextos, sobre o grau de relação existente entre confiança, reciprocidade e consenso entre os pares, este, como um ideário regente das relações e o

Realização:



Apoio:





desenvolvimento de pequenas estruturas, possibilitando-lhe a *posteriori*, transformar-se em tecidos maiores, com impacto incremental em todos os níveis, na vida dos atores e instituições.

Também foi possível constatar, que a relação com as instituições ainda permanece muito centrada no SEBRAE, que por sua vez possui limites em sua atuação, e por isso, a rede deverá sedimentar uma maior estrutura de governança que aumente o envolvimento as outras instituições, tais como crédito, pesquisa, fomento e orientação técnica.

Ademais, o aprofundamento da análise de desempenho, poderá possibilitar a inserção da Rede Nossa Pérola em políticas públicas maiores, que possam acelerar os resultados e conferir maior robustez à rede, principalmente pela importância dos recursos comuns.

Sabe-se que a essência de uma rede é a independência e esta perdurará conforme tenha abstraído o aprendizado e sedimentado sua estrutura de governança (instituições e atores), porém deve-se considerar que as instituições legítimas são resultado de uma história evolutiva e, essas em escalas menores, como as associações envolvidas no projeto aumentam o interesse da sociedade local, que se utiliza de pequenas escalas de poder como igrejas e outras iniciativas cívicas, para reduzir os conflitos intraestrutura, já que estes substituem a cooperação, Ostrom, (2002) e, a falência da estrutura tem alta relação com a quebra da confiança.

Desse modo, se valida o aprofundamento da análise de causalidade da inserção de pequenas estruturas em políticas públicas maiores no estado, legando-se a este ensaio a contribuição para enriquecer as discussões científicas em desenhos dessa natureza, permitindo até mesmo desenvolver uma metodologia de governança alinhada ao contexto social amazônico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos estudos**, 2010. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/wp-content/uploads/2012/06/Desenvolvimento-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BARROS, F. H. G. **Três ensaios sobre a influência das instituições na governança ambiental**: Revisitando aspectos relativos a comportamento dos agentes, crescimento econômico e políticas públicas (Tese). Universidade de Brasília, 2007.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. v.2. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. (Coleção Desenvolvimento local-regional)

BOURDIEU, P. (1986). **The forms of capital**. In: Richardson, J. E. (Ed.). *Handbook of the theory of Research for the Sociology of Education* (pp. 46-58). New York: Greenwood Press.

BRASIL. **Decreto nº 24.643**, de 1934. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mai 2016.

Realização:



Apoio:





BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mai 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial**, nº 200, de 2004. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 20 out 2015.

BROCH, S.A.O. Tese de doutorado. **Gestão transfronteiriça de águas: O caso da bacia do Apa/Brasília**, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHERQUES, H. R. T. **Pierre Bordieau: a teoria na prática**. Revista de Administração Pública, vol. 40, jan-fev. 2006.

GEORGE, A. L., and BENNET, A. (2005). **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

GERRING, J. (2004). **What Is a Case Study and What Is It Good for?** American Political Science Review, 98(2), 341-354.

HANIFAN, Lyda. Social Capital - Its Development and Use. In OSTROM, Elinor e AHN, T. K. Foundations of Social Capital. Cheltenham (UK), Elgar Reference Collection, 2003, pp. 22-35.

HARDIN, G. (1968). **The tragedy of the Commons**. Science, 162, 1243-1248.

IBAMA. **Estatística da pesca 2007 Brasil: grandes regiões e unidades da federação**. Brasília, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas por Região**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

JUSTEN, G. S.; DE SOUZA, M. P.; DE SOUSA FILHO. T.; DE SOUZA, D.C. Estruturas de Governança em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais: o caso do Projeto Reca. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, vol. 11, n. 21, jan.-jun. 2015.

LIN, N. **Les ressources sociales: une théorie du capital social**. In: Revue française de sociologie, 1995, 36-4. Analyses de réseaux et structures relationnelles. Etudes réunies et présentées par Emmanuel Lazega. pp. 685-704;

OLIVEIRA, C. M. **Governança e Cadeia Produtiva da Pesca: a socioeconomia e a relação entre os atores e as instituições nos municípios de Curuçá, Maracanã e Salinópolis – Pará: Projeto CNPq**. 2013.

MARTELETO, R.M.; SILVA, A. B. de O. e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf. [online]. 2004, vol.33, n.3, pp. 41-49. <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em 20 out.2014.

Realização:



Apoio:





MILANI, C. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético**: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007. Disponível em <http://www.univates.br> Acesso em 15 jun 2016.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia/Brasil). IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José – Costa Rica, 8-10 outubro, 2003. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br>. Acesso em 20 out 2015.

OLSON, M. **The logic of collective action: Public goods and theory of groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1965.

OSTROM, E. and WALKER J. **Neither Markets Nor States**: Linking transformation process in collective action arenas. In perspectives on public choice. A handbook. Dennis C. Mueller ed. Cambridge University Press. 1994. pp 35-72.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Institutional Analysis and Common-Pool Resources**. In: Rules, games, and common-pool resources. The University of Michigan Press, 1994.

OSTROM, E. (1990). **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

OSTROM, E. (1999): **Design principles and threats to sustainable organizations that manage commons**. Center for the Study of Institutions, Population, and Environmental Change, Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University

OSTROM, E. **Collective Action and the Evolution of Social Norms**. The Journal of Economic Perspectives Vol. 14, No. 3 (Summer, 2000), pp. 137-158

OSTROM, E. DIETZ, T. DULSAK, N. STERN, P. C & STONICH, S. **The Drama of the Commons**. National Academy Press: Washington, 2002.

PARÁ. **Estatísticas municipais, 2016**. Disponível em <<http://www.fapespa.pa.gov.br>> Acesso em 15 jun 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **“Governabilidade, Governança e Democracia**: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SEBRAE. **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas**, 2015.

SIMÕES, J.; MACEDO, M.; BABO, P. **Elinor Ostrom**: Governar os comuns (Tese). Universidade do Porto, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1998.

Realização:



Apoio:





SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

STOKER, G. Governance as theory: Five propositions. *International Social Science Journal*, vol. 50, n. 155, Mar 1998.

UGARTE, J. C.; FERREIRA, L. DA C.; **Estrutura e desempenho**: O enfoque das redes de governança dos recursos de uso comum. V Encontro Nacional Anppas. Florianópolis – SC, 2010. Disponível em < <http://www.anppas.org.br> > Acesso em 27 nov 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Marco**

Realização:



Apoio:

